COMED

Conselho Municipal de Educação de São Caetano do Sul
(Lei Municipal de nº 1489 de 29 .08. 1966)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMED GESTÃO 2025/2027

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniram-se no CECAPE, localizado na Rua Tapajós, nº 300, no Bairro Barcelona, em São Caetano do Sul, São Paulo, os membros do Conselho Municipal de Educação (COMED), para deliberar sobre a pauta do dia, previamente encaminhada via WhatsApp, no grupo de trabalho do Conselho Municipal.
O Presidente do Conselho, Fábio Toro, saudou os membros presentes: André Aparecido Bezerra Chaves, Evanise Juarez, Juliana de Carvalho Yamane Contar, Karina Aparecida Cavassani Broesdorf, Leandro Garbelotti, Luciana Amorim Rego Barros, Meire Bernardi, Tânia Luiza Demenis, Valéria Oliveira Florindo, Valéria Ugolini e Valquíria Crivelaro, procedendo, em seguida, às assinaturas da lista de presença. Suzete Moreno também esteve presente nesta reunião, contribuindo com os diálogos. Participou, ainda, a munícipe Virgínia, mãe de criança matriculada na EMEI Rosana Munhoz. Na sequência, o Presidente Fábio convidou a conselheira Meire para realizar a leitura da ata da reunião anterior, a qual, após lida, foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. O Presidente iniciou a reunião informando que o documento referente à Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação foi encaminhado à SEEDUC por este Conselho, contendo a indicação de dois representantes do Conselho Municipal de Educação e dois representantes do Fórum Municipal de Educação. Em seguida, apresentou ao colegiado o documento elaborado por um grupo de mães da EMEI Rosana Munhoz, destacando a organização do material, a fundamentação apresentada e as fotografias que acompanhavam a solicitação. A mãe representante da unidade, a convite do Presidente, esclareceu que integra o Conselho de Pais da escola. Informou que a EMEI Rosana Munhoz, situada no mesmo terreno da EMEF Terezinha Fiorotti, conta com um grupo de pais que já buscou outras instâncias e, naquele momento, recorria ao Conselho Municipal de Educação para solicitar a readequação do espaço e a criação de vagas para os Grupos 4 e 5. Atualmente, a unidade atende turmas do Berçário ao Grupo 3. A intenção dos pais é evitar a transferência das crianças para outras unidades escolares ao concluírem o Grupo 3. A proposta apresentada consiste na ocupação de parte do andar superior atualmente utilizado pela escola de Ensino Fundamental, possibilitando a criação de quatro salas destinadas aos Grupos 4 e 5 e garantindo a permanência das crianças na unidade. O Presidente Fábio informou que o Conselho não possui governabilidade para intervir em modificações arquitetônicas nas unidades escolares, mas que poderia encaminhar um ofício à SEEDUC indicando a solicitação e sugerindo a realização de estudos sobre sua viabilidade. A diretora da EMEI Rosana Munhoz, Juliana, membro deste Conselho, esclareceu que sempre houve, por parte das famílias, o desejo de continuidade das crianças na mesma unidade, permitindo que o bebê ingressasse no Berçário e permanecesse até a conclusão da Educação Infantil, realizando

posteriormente a transição para o Ensino Fundamental. Destacou que a escola tem crescido com o apoio da comunidade escolar e que solicitações anteriores receberam parecer desfavorável devido à existência de outras unidades que atendem o território. Informou que a escola possui 165 crianças matriculadas e encerra todos os anos letivos com capacidade máxima de atendimento. Explicou que a proposta consiste em ressignificar alguns espaços da EMEF, além da construção de uma rampa para interligar os pavimentos, possibilitando acompanhar o desenvolvimento das crianças até o final da Educação Infantil. A conselheira Karina questionou se haveria contato entre as crianças da Educação Infantil e os estudantes do Ensino Fundamental. Juliana respondeu afirmativamente, explicando que se trata de espaço compartilhado de acesso entre as unidades. A conselheira Meire relembrou que a EMEI Dulce Junquetti havia sido inicialmente projetada para atender crianças do Berçário ao Grupo 3 e que, antes de sua inauguração, a SEEDUC optou pela alteração da faixa etária atendida, visando garantir um atendimento de qualidade, compatível com as condições estruturais do prédio. Destacou ainda que, posteriormente, a EMEI Rosana Munhoz foi construída para atender bebês e crianças bem pequenas. A conselheira Karina recordou que outras escolas do município vivenciam situação semelhante, sendo frequentes as solicitações das famílias para ampliação do atendimento para os grupos posteriores. A representante do Conselho Escolar da EMEI Rosana Munhoz manifestou o carinho das famílias pela escola e a satisfação com o trabalho desenvolvido, relatando a tristeza dos pais diante da necessidade de mudança de unidade. Informou que foi realizado um abaixo-assinado com cerca de quatrocentas assinaturas e reforçou o desejo de que a proposta seja analisada pela Secretaria Municipal de Educação. O Presidente Fábio reiterou que o Conselho Municipal de Educação não possui competência para deliberar sobre a realização de obras ou reorganização dos espaços escolares, cabendo à SEEDUC avaliar a questão, considerando aspectos logísticos, pedagógicos e afetivos envolvidos. A conselheira Valéria também relatou situações vivenciadas no Ensino Fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Destacou que já acompanhou diversos questionamentos de pais em relação à organização dos espaços escolares, especialmente aqueles utilizados em oficinas. Refletiu sobre como seria a convivência das crianças pequenas com os estudantes da EMEF Terezinha Fiorotti. A conselheira Evanise mencionou estudos realizados pela SEEDUC visando equilibrar o número de matrículas entre as unidades de Educação Infantil, adequando turmas em determinadas escolas para garantir a qualidade do atendimento. Ressaltou que uma eventual ampliação da EMEI Rosana Munhoz implicaria um aumento significativo no número de crianças atendidas sob a mesma gestão, o que demandaria atenção para que a qualidade do atendimento fosse preservada. Acrescentou que acredita em escolas menores, capazes de garantir maior segurança às crianças. O Presidente Fábio afirmou compreender a posição das famílias, recordando experiências vivenciadas em sua atuação como diretor escolar. A conselheira Juliana observou que vem sendo percebida uma redução no número de crianças na rede e que, considerando a proposta de um complexo

educacional, faria sentido refletir sobre a solicitação apresentada, uma vez que a ideia de complexo contempla a continuidade do percurso escolar dos estudantes em uma mesma unidade. A conselheira Karina ponderou que as crianças que permaneceriam na EMEI Rosana Munhoz para cursar o Grupo 4 deixariam de compor a demanda das unidades do território que já estão estruturadas para receber esse público. Suzete relembrou a experiência da Escola Laura Lopes, em 2007, quando houve compartilhamento do espaço entre a Prefeitura e o Estado. Destacou que, embora tenha sido uma experiência desafiadora, foi possível organizar o atendimento com públicos e gestões diferenciados, demonstrando que desafios podem ser superados. O Presidente Fábio observou que, naquele caso, tratava-se de estudantes maiores e que a situação atual envolve crianças da Educação Infantil em convivência com alunos do Ensino Fundamental I e II. A conselheira Meire, a partir da fala de Suzete, propôs uma reflexão sobre a ideia de "complexo". Explicou que as crianças do Grupo 5, atualmente e há alguns anos, realizam inscrição no Portal Educação para ingresso no Ensino Fundamental. Exemplificou que, em sua unidade escolar, aproximadamente cinquenta crianças concluem anualmente o Grupo 5 e são encaminhadas pela SEEDUC ao primeiro ano do Ensino Fundamental, conforme critérios estabelecidos em edital, considerando a geolocalização e a opção das famílias por período parcial ou integral. Questionou como ficaria a situação das demais famílias que desejam manter a proximidade da matrícula, inclusive na EMEF Terezinha Fiorotti, mas cujos filhos frequentam outras unidades de Educação Infantil. Ressaltou que a garantia de continuidade em um mesmo complexo não seria equitativa para todas as crianças, uma vez que, atualmente, a igualdade de condições no processo de matrícula é assegurada legalmente. O Presidente Fábio acrescentou que nem todas as famílias optam pela escola mais próxima da unidade de Educação Infantil frequentada pela criança e reiterou que a função do Conselho seria encaminhar a solicitação à SEEDUC para análise. Na sequência, o Presidente apresentou o diretor Ailton Tenório e o coordenador Wagner, da EME Professora Alcina Dantas Feijão, concedendo-lhes espaço para exposição sobre o Ensino Médio Integrado e para retomar a atuação deste Conselho em 2024, quando foram aprovados os estudos referentes aos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nas áreas de Publicidade e Propaganda e Informática. O coordenador Wagner informou que, naquela ocasião, havia também turmas do curso de Administração, porém a coordenação da época não deu prosseguimento à publicação do documento que autorizaria o plano do curso. Explicou que, em 2025, foi dado andamento ao processo visando validar o parecer e efetivar sua publicação. As conselheiras que integravam o Conselho na gestão anterior recordaram que a documentação havia sido apresentada em reunião realizada em 2024. O diretor Ailton destacou a complexidade do cenário enfrentado pela unidade, em razão do elevado número de alunos matriculados e das alterações ocorridas nas matrizes curriculares ao longo do último ano e meio. Explicou que as matrizes aprovadas por parecer do Conselho estavam relacionadas aos estudantes concluintes do ano letivo de 2024. Esclareceu ainda que o curso técnico em Administração permaneceu com uma lacuna em razão

da ausência de publicação do plano de curso, o que resultou na necessidade de regularização. Informou que atualmente existe uma nova matriz homologada e aprovada, necessitando apenas de validação. Acrescentou que a escola vem adotando medidas para regularizar a situação dos estudantes já formados. A conselheira Tânia esclareceu que o que não ocorreu foi a homologação do plano de curso, sendo necessária a inclusão de observação específica no histórico escolar dos estudantes, uma vez que a matriz curricular foi homologada sem a correspondente aprovação do plano de curso. O diretor Ailton agradeceu os esclarecimentos e concluiu sua exposição concordando com os encaminhamentos indicados pela conselheira Tânia. O coordenador Wagner informou que toda a documentação necessária já se encontra organizada e foi encaminhada à Supervisão de Ensino. Destacou que a equipe tem atuado com agilidade para regularizar a situação dos cursos técnicos integrados existentes na escola, de modo que, quando as turmas concluírem seus estudos em 2027, toda a documentação referente ao funcionamento e à terminalidade dos cursos esteja devidamente regularizada. A conselheira Tânia comentou que compete à Supervisão de Ensino da unidade escolar encaminhar à SEEDUC toda a documentação necessária. O Presidente Fábio esclareceu que caberá ao Conselho Municipal de Educação aprovar e validar a documentação após a homologação, aprovação e publicação, etapas que deverão ocorrer previamente por intermédio da Supervisão de Ensino.
Ainda com a palavra, a conselheira Tânia mencionou a existência de um banco de dados destinado ao cadastro de interessados em frequentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de São Caetano do Sul, informando que encaminhará formalmente à SEEDUC as orientações pertinentes. Na sequência, os conselheiros receberam a visita do assessor da Sede dos Conselhos, que se apresentou e colocou-se à disposição. Foi realizado um registro fotográfico dos presentes e da lista de presença. O assessor deixou seus contatos ao Presidente Fábio, que informou que Heloísa Canga assumiu a Sede dos Conselhos. Prosseguindo com a pauta, o Presidente Fábio retomou as metas do Plano Nacional de Educação, anteriormente distribuídas entre os conselheiros, com o objetivo de promover um primeiro estudo e conhecimento do documento. Organizou as falas conforme a divisão realizada na reunião do mês de abril, ocasião em que cada conselheiro se dispôs a estudar uma ou mais metas para apresentá-las oralmente neste encontro. A conselheira Evanise apresentou o Objetivo 1, abrangendo as metas 1, 2 e 3,concluindo que a Educação Infantil atende às expectativas, assegurando o atendimento às crianças de quatro e cinco anos em idade escolar. Ressaltou que o município vem cumprindo as metas relacionadas ao atendimento à infância e destacou as estratégias voltadas à equidade e à redução das desigualdades. O Presidente Fábio recordou que, na futura elaboração do novo plano, os objetivos permanecerão inalterados, sendo passíveis de revisão apenas as metas e estratégias. O Objetivo 2 foi apresentado pela conselheira Karina, relacionado à oferta de educação infantil de qualidade. Destacou que as metas estão divididas entre creche e pré-escola e se concentram, principalmente, na formação dos profissionais da educação. As metas 3 e 4, relacionadas ao Ensino Fundamental,

seriam apresentadas pelos conselheiros Edgar, Rafael e Rafaela, ausentes nesta reunião. Em seguida, a conselheira Valéria Ugolini abordou a Meta 6, referente à educação integral em tempo integral, ressaltando que se trata de uma meta composta por quinze estratégias voltadas à garantia da qualidade e da intencionalidade pedagógica, incluindo aspectos relacionados ao plano de carreira dos profissionais da educação. A Meta 7 foi apresentada pela conselheira Meire, referente às tecnologias digitais na educação. Explicou que o objetivo está voltado à promoção de políticas digitais nas escolas e contempla duas metas principais: assegurar a formação dos professores e garantir que todos os estudantes tenham acesso a aprendizagens mediadas por recursos tecnológicos. Destacou que esse objetivo é composto por vinte estratégias, envolvendo a ampliação da política nacional de inclusão digital, aquisição de dispositivos e acesso à internet, incentivo à formação docente e avaliação das competências desenvolvidas pelos estudantes. O Objetivo 8 seria apresentado pela conselheira Rafaela, ausente nesta reunião. Em seguida, a conselheira Juliana apresentou a Meta 9, relacionada à educação quilombola. Ressaltou que essa não é uma realidade expressiva no município, mas destacou que as sete metas e as vinte e quatro estratégias previstas enfatizam a ampliação do atendimento, a formação dos profissionais, a valorização da agricultura familiar, a disponibilização de materiais didáticos e a garantia do cumprimento das Leis nº 10.639 e nº 11.645, assegurando a presença dos estudos sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ao longo de todo o ano letivo.O Objetivo 10, referente à Educação Especial e Inclusiva, será apresentado na próxima reunião, em razão da ausência das conselheiras responsáveis. O Objetivo 11 foi exposto pela conselheira Tânia, que comentou sobre dados defasados relacionados ao número de matrículas da EJA e relacionou essa questão à sua fala anterior, destacando que a procura por essa modalidade de ensino varia em determinados períodos.A conselheira Valquíria complementou a discussão, relatando experiências vivenciadas em diferentes escolas e observando que a falta de divulgação pode dificultar o acesso de novos estudantes. O Presidente Fábio, responsável pelos Objetivos 13, 14 e 15, apresentou uma síntese das principais metas, destacando a ampliação do acesso ao Ensino Superior para jovens e adultos, o fortalecimento da permanência dos estudantes por meio de políticas de apoio, inclusive para estudantes com filhos, e a necessidade de formação dos professores para atender à diversidade presente nas instituições de Ensino Superior. Ressaltou ainda a importância da ampliação do número de docentes em regime de dedicação integral e a meta de formação anual de cem mil mestres e trinta e cinco mil doutores. A conselheira Valéria Ugolini abordou o Objetivo 16, destacando suas seis metas voltadas à valorização dos profissionais da educação e à garantia da formação em nível superior para todos os docentes.Na sequência, a conselheira Valquíria comentou os Objetivos 17 e 18, ressaltando a relevância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a importância de compartilhar os documentos com a sociedade, como expressão de responsabilidade e transparência. Comparou as metas com a realidade do município, enfatizando que a gestão democrática se apresenta de forma mais visível e que instrumentos como os Indicadores da

Qualidade constituem importantes oportunidades de participação das famílias na avaliação da educação infantil. Destacou, ainda, que o envolvimento das famílias permanece como um desafio a ser conquistado, ressaltando aspectos como a divulgação de documentos, a publicidade das atas, o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, a participação social em favor da educação de qualidade, a transparência e a importância dos conselhos escolares. Por fim, a conselheira Luciana apresentou os objetivos finais, enfatizando a necessidade de conhecimento e compreensão dos documentos que orientam as políticas públicas educacionais. Ressaltou a importância do texto-base para a correta utilização dos recursos do FUNDEB e dos demais fundos destinados à educação pública, garantindo a integridade das informações. Após a socialização dos estudos realizados pelos conselheiros, o Presidente Fábio relembrou que a próxima reunião do Conselho Municipal de Educação está agendada para o dia 18 de junho. Nada mais havendo a tratar, eu, Meire Bernardi, secretária da reunião, redigi e digitei a presente ata, que será assinada pelos membros do Conselho Municipal de Educação.